



**GUIA PRÁTICO PARA
IMPLEMENTAÇÃO
DE CONSELHOS MUNICIPAIS
DE MEIO AMBIENTE**

RODOLFO PORTELA SOUZA
DEIVES GABRIEL BORTOLANZA E SANTOS
FERNANDA CANO DE ANDRADE MARQUES
FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL

GUIA PRÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE
MEIO AMBIENTE

Bonito, Mato Grosso do Sul
Studio Muriqui
2019

Executor

Fundação Neotrópica do Brasil



Apoio

CEPF - Critical Ecosystem Partnership Fund

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil



COLABORADORA
Juliana de Souza Terra

ILUSTRAÇÕES
Studio Muriqui

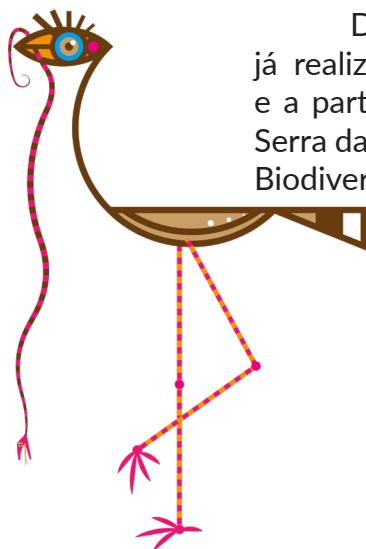
Bonito, Mato Grosso do Sul, 2019

APRESENTAÇÃO

A Fundação Neotrópica do Brasil é uma organização sem fins lucrativos fundada em 30 de Julho de 1993, a partir da liderança da campanha para fomentar a proteção da Serra da Bodoquena, de todas suas belezas, sua biodiversidade e os serviços ambientais proporcionados pelo maior remanescente de Mata Atlântica do interior do Brasil: O Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Sua missão é promover e realizar ações de conservação da natureza para garantir a manutenção dos diferentes ambientes naturais, diversidade de vida na Terra e a melhoria de qualidade de vida das pessoas, dentro e fora do Mato Grosso do Sul.

Desde sua criação, a Fundação Neotrópica do Brasil já realizou mais de 40 projetos de conservação ambiental e a partir de 2004 começou a atuar no corredor Miranda – Serra da Bodoquena, com a execução do projeto “Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena”.



MOBILIZANDO ATORES NO CORREDOR MIRANDA - BODOQUENA

O projeto busca o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (COMDEMAs), a fim de subsidiar decisões locais que contribuam para alcance de metas mundiais de conservação da biodiversidade.

Para isto, serão desenvolvidas atividades de mobilização dos conselhos municipais de meio ambiente e conseqüentemente políticas públicas e investimentos que promovam a qualificação e o debate acerca das questões de conservação e manejo do Cerrado.

A Fundação Neotrópica do Brasil conta com o apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos.

O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos é uma iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento, da Conservação Internacional, União Europeia, da Gestão Ambiental Global, do Governo do Japão, da Fundação MacArthur e do Banco Mundial. Uma meta fundamental é garantir que a sociedade civil esteja envolvida com a conservação da biodiversidade.

SUMÁRIO

Créditos	1
Apresentação	3
Mobilizando Atores no Corredor Miranda- Bodoquena	4
Sumário	5
Introdução	6
O que é Comdema?	8
Quem compõe o Comdema?	11
Por que criar o Comdema?	12
Onde se encontra o Comdema?	13
Como criar o Comdema?	15
Relação com a Prefeitura	16
10 passos para o bom funcionamento do Comdema	17
O Projeto	18
Território de atuação do Projeto	19
Conhecendo o Cerrado e as estratégias para Conservação	20
Conservação e uso sustentável da biodiversidade do Cerrado	25
Legislação ambiental aplicada à conservação	28
Ecologia do Cerrado e seus serviços ambientais	29
Pagamentos por serviços ambientais	31
Áreas protegidas do Corredor Miranda-Serra da Bodoquena	35
Referências bibliográficas	37
Ouvidoria	39

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais requerem tomadas de decisões estratégicas para suas soluções.

Uma grande parcela dos problemas que atingem o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas acontecem dentro dos domínios do município, o que faz deste, o ambiente ideal na busca de ações que visam à solução e prevenção desses problemas, objetivando um desenvolvimento que concilie o crescimento econômico, com o bem-estar da população e questões ambientais (MMA, 2017).

Se tratando de preservação ambiental e qualidade de vida, um de nossos Biomas, o cerrado, já perdeu cerca de 50% de sua cobertura vegetal natural.

O Cerrado ocupa uma área de mais de 2 milhões de km² no Brasil e partes menores (cerca de 1%) no Paraguai e Bolívia. É o segundo maior bioma brasileiro, cobrindo uma área de 24% do território nacional, atrás apenas da floresta Amazônica (MMA; CEPF, 2017).

Por sofrer forte pressão antrópica e apresentar uma alta biodiversidade e elevadas taxas de espécies endêmicas, é reconhecido como um hotspot global de biodiversidade, ou seja, local prioritário para investimento em conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos (CEPF, 2017; PEIXOTO et al., 2016).

**Diante de tantos desafios para conservação,
por que não reunir
representantes da sociedade civil
para nortear as tomadas de decisões?**

A Constituição Federal, em seu artigo 225, estabelece como direito comum a todos o usufruto de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida. Compete ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as gerações atuais e futuras.

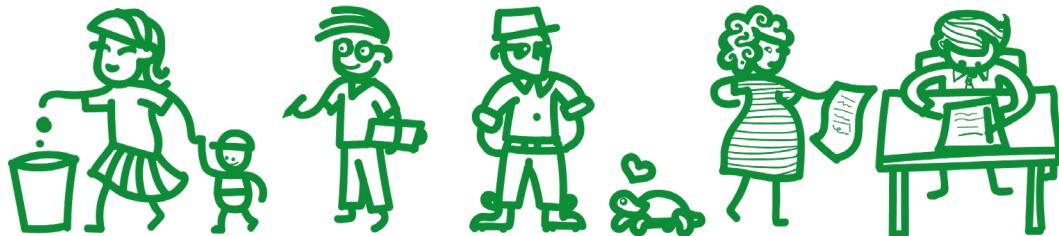


O QUE É COMDEMA?

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), é a união dos órgãos públicos, setores empresariais, políticos e as organizações da sociedade civil que promovem debates na busca de soluções para o uso dos recursos naturais e para a recuperação dos danos ambientais.

Trata-se de um instrumento de:

- ★ Exercício da democracia;
- ★ Educação para a cidadania;
- ★ Convívio entre setores da sociedade com interesses diferentes.



Segundo o Ministério do Meio Ambiente, são atribuições do COMDEMA:

- ★ Elaborar o regimento interno;
- ★ Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;
- ★ Analisar licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito local;
- ★ Analisar recursos quanto à aplicação de multas e outras penalidades;
- ★ Promover a educação ambiental;
- ★ Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e a regulamentação de leis, padrões e normas estaduais e federais às condições do município;
- ★ Acompanhar a implementação de unidades de conservação municipais;
- ★ Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- ★ Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

O Conselho não tem poder de polícia. Pode indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras mas não exerce diretamente ações de fiscalização (MMA).

O COMDEMA é um espaço adequado para administrar conflitos, propor acordos e construir uma proposta de gestão que esteja em acordo com os interesses sociais, ambientais e econômicos.

GESTÃO AMBIENTAL
poder público união
educação ambiental
UC democracia
sociedade civil
TOMADA DE DECISÕES
SINERGIA

QUEM COMPÕE O COMDEMA?

- ★ Secretarias municipais de saúde, educação, meio ambiente, obras, planejamento e outros setores cujas ações interferiam no meio ambiente;
- ★ Câmara de vereadores;
- ★ Sindicatos;
- ★ Entidades ambientais;
- ★ Grupos de produtores;
- ★ Instituições de defesa do consumidor;
- ★ Associações de bairros;
- ★ Grupos de mulheres, jovens e pessoas da terceira idade;
- ★ Entidades de classe (arquitetos, engenheiros, advogados, professores, etc.);
- ★ Entidades representativas do empresariado;
- ★ Instituições de pesquisa e de extensão;
- ★ Movimentos sociais e minorias que sejam importantes para o município.

Os conselheiros municipais de meio ambiente são pessoas que agem de forma voluntária em benefício da melhoria da qualidade de vida e, portanto, não recebem pagamento pelos serviços prestados.

POR QUE CRIAR O COMDEMA?

- ★ É um importante instrumento de democratização e descentralização da gestão ambiental;
- ★ Provedor de novas relações entre o município e a sociedade para o tratamento das questões ambientais;
- ★ Promove a sensibilização, empoderamento e união da sociedade sobre questões associadas à conservação do bioma;
- ★ Incentiva a criação de políticas públicas municipais para conservação do bioma;
- ★ Ampliação de áreas protegidas municipais e melhoria na gestão das Unidades de Conservação já existentes;
- ★ Maior diálogo e mobilização entre os municípios no que tange a conservação ambiental.



ONDE SE ENCONTRA O COMDEMA?

O Artigo nº 225 da Constituição Federal e a Lei nº 6.938/81 criaram a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 99.274/90.

Lei 6.938/81

Política Nacional
de Meio Ambiente

Sistema Nacional
de Meio Ambiente
SISNAMA

A estrutura administrativa para a gestão ambiental do país é composta pelos órgãos da administração pública, tais como:

- ★ A nível Federal: Ministério do Meio Ambiente e o Ibama;
- ★ A nível Estadual: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e Polícia Militar Ambiental;
- ★ A nível Municipal: Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou Departamento Municipal de Meio Ambiente.



A partir da estrutura do SISNAMA, se criou a figura do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Os estados e municípios devem atuar de acordo com a Lei nº 6.938/81.



COMO CRIAR O COMDEMA?

I. Mobilização

A comunidade deve estar envolvida e debater os termos de criação da lei que institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Esse momento é importante para identificar pessoas e grupos interessados em integrar o órgão.

II. Redação e Aprovação da Lei

O Conselho deve ser instituído por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores do município.

III. Nomeação de Conselheiros e Conselheiras

Cabe ao Poder Executivo municipal nomear e dar posse aos integrantes do Conselho e a seus respectivos suplentes.

IV. Criação e Aprovação do Regime Interno

Depois de empossados, os integrantes discutem e aprovam o Regimento Interno do Conselho e define a estrutura de funcionamento do órgão, suas competências e formas de organização.

V. Reuniões Periódicas

O Conselho Municipal de Meio Ambiente deve se reunir com periodicidade regular e é importante que esses encontros sejam abertos à participação dos demais membros da comunidade, na condição de ouvintes.

RELAÇÃO COM A PREFEITURA

É primordial que a Prefeitura forneça as condições necessárias para o bom funcionamento do COMDEMA, por isso, é importante que esteja instalado o Órgão Ambiental Municipal antes da criação do Conselho.

O Órgão Ambiental Municipal deve ter capacidade técnica e administrativa para dar apoio ao Conselho. Portanto, é importante a presença ativa do Secretário de Meio Ambiente nas reuniões do COMDEMA.

Além disso, é o Executivo Municipal, juntamente com a sociedade, que coloca em prática as decisões tomadas no Conselho. A lei que cria o Conselho, deve garantir estes aspectos!



10 PASSOS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO COMDEMA

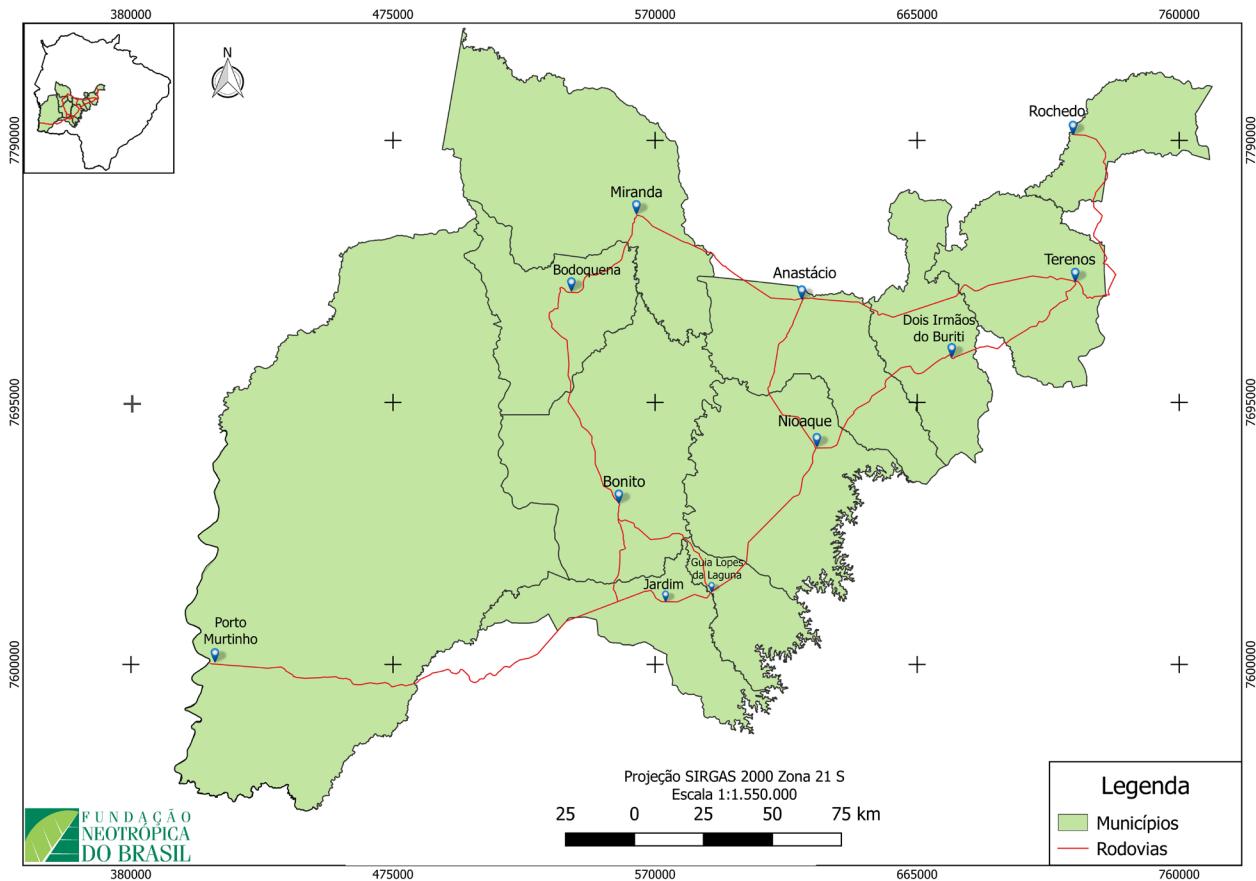
- 1** Ter responsabilidade como representante da sociedade civil ou do governo dentro do órgão, e vice-versa, ou seja: o conselheiro deve estar atento tanto ao cumprimento de seu papel como representante de seu setor no COMDEMA quanto à prestação de contas à sociedade como conselheiro;
- 2** Conhecer seus pares: saber qual é o papel de cada um, já que o COMDEMA é definido por sua composição;
- 3** Conhecer as divergências e os objetivos comuns e ter respeito pelas diferenças de interesses e posições;
- 4** Estabelecer convergências: buscar a negociação;
- 5** Estimular o envolvimento de todos: quanto maior o comprometimento, melhor funcionará o COMDEMA;
- 6** Buscar uma comunicação eficiente, a divulgação das informações e o acesso democrático a elas;
- 7** Estabelecer uma agenda de trabalho: definir objetivos, metas, prazos, tarefas e responsabilidades;
- 8** Cumprir o proposto e cobrar dos outros a execução das tarefas;
- 9** Identificar experiências de sucesso e buscar o estabelecimento de boas práticas;
- 10** Celebrar e divulgar as conquistas: é na prática que se estabelece e melhora a dinâmica do processo.

O PROJETO

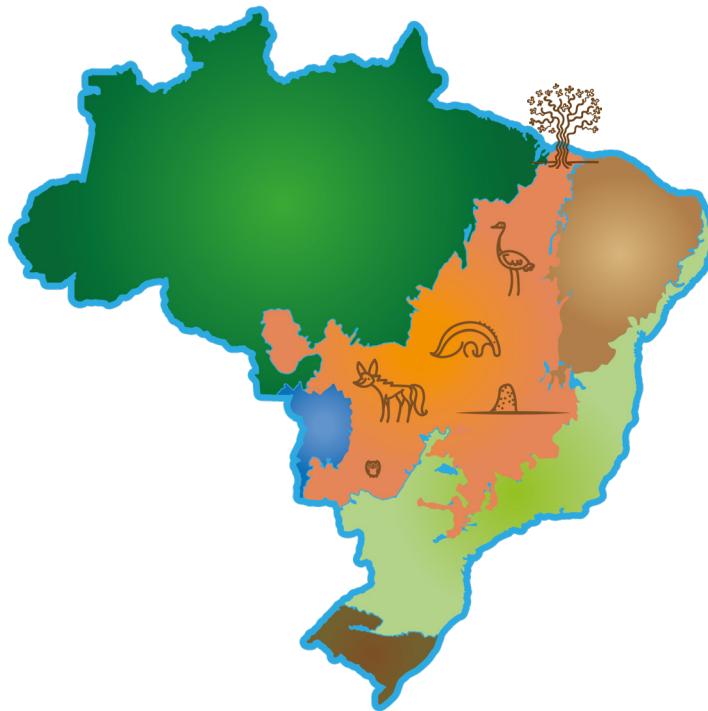
“União dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (COMDEMAs): Mobilizando Atores no Corredor Miranda-Bodoquena, Brasil”

- ★ Compreende 11 municípios;
- ★ Prevê impactar mais de 100 pessoas;
- ★ Incentiva a criação de políticas públicas;
- ★ Capacita os conselheiros com objetivo de equiparar o conhecimento;
- ★ Promove discussão sobre a conservação e manejo do Cerrado e os problemas ambientais existentes no município;
- ★ Aborda as principais carências enfrentadas pelos COMDEMAs;
- ★ Acompanha, mobiliza, incentiva e se coloca à disposição de cada COMDEMA;
- ★ Busca estruturar os conselhos de meio ambiente nos municípios que não possuem e reestruturar os conselhos que estão inativos;
- ★ Prevê a criação de um banco de dados georreferenciados contendo informações ambientais que subsidiem as tomadas de decisões;
- ★ Almeja a melhoria na gestão de 06 unidades de conservação (UC) municipais já existentes e promove a indicação de novas áreas para criação de UC;
- ★ Prevê elaborar um plano Municipal para Conservação do Cerrado de maneira participativa afim de nortear as ações de conservação, restauração e produção agropecuária.

Território de Atuação do Projeto



Conhecendo o Cerrado e as estratégias para Conservação



AMAZÔNIA
CATINGA
CERRADO

MATA ATLÂNTICA
PAMPAS
PANTANAL

Apresentação do Projeto aos Conselhos

O projeto é apresentado aos conselheiros/as para que todos tomem conhecimento e discutam se estão de acordo com a participação da Fundação Neotrópica do Brasil no COMDEMA.

Papel do Conselho (COMDEMA) no processo de tomada de decisão

Conselhos

Expressões da Coletividade

- ★ Os conselhos são os processos mais antigos de tomada de decisões.
- ★ Implicam diálogos, discussões, participações, deliberações, etc.

Uma vez que a questão ambiental envolve interesses divergentes e conflitos potenciais, esse Conselho constitui o fórum adequado para a discussão e o encaminhamento das ações político-administrativas necessárias.



As principais competências atribuídas ao COMDEMA são (MMA):

- ★ Propor as diretrizes para a política ambiental;
- ★ Analisar e, se for o caso, conceder licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal;
- ★ Promover a educação ambiental;
- ★ Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais;
- ★ Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- ★ Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

A composição e as competências conferidas ao conselho são estabelecidas de acordo com a realidade de cada local, sendo definidas em lei ou decreto no momento da sua criação (ÁVILA & MALHEIROS, 2012).

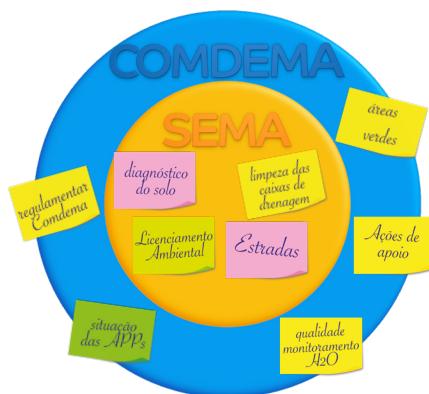
Como fazer o planejamento estratégico do seu Conselho?

★ Brainstorming

Conhecido também como “Chuva de ideias”, esta técnica promove a exposição de ideias do grupo. Uma boa ideia pode nascer em meio a uma chuva de ideias. O brainstorm desenvolve a capacidade de criar no âmbito individual e coletivo encorajando as pessoas a compartilharem seus pensamentos e despertar as opiniões dos outros participantes. Por fim, promove o debate e a organização de todas as ideias e possibilidades antes de levar o planejamento adiante.

★ Diagrama de Venn

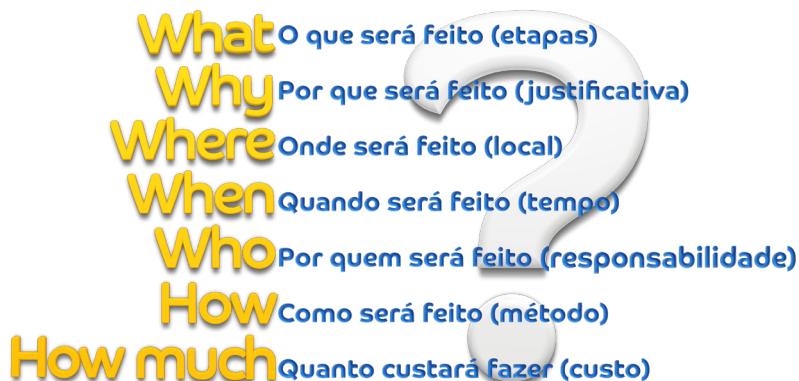
Baseia-se em um diagrama de círculos concêntricos que permite a visualização de cada instituição membro do Conselho envolvidos no COMDEMA.



As ferramentas exercem a identificação dos setores e instituições que estão presentes no Conselho. Além disso, serve de apoio para analisar e identificar os atores e os possíveis responsáveis pelas ações, sempre considerando o objetivo do que se quer trabalhar.

★ Plano de Ação

A ferramenta 5w2h é utilizada para elaboração de planos de ação. A sigla 5W2H representa as perguntas que devemos realizar para orientar, de modo simples e objetivo, as ações.



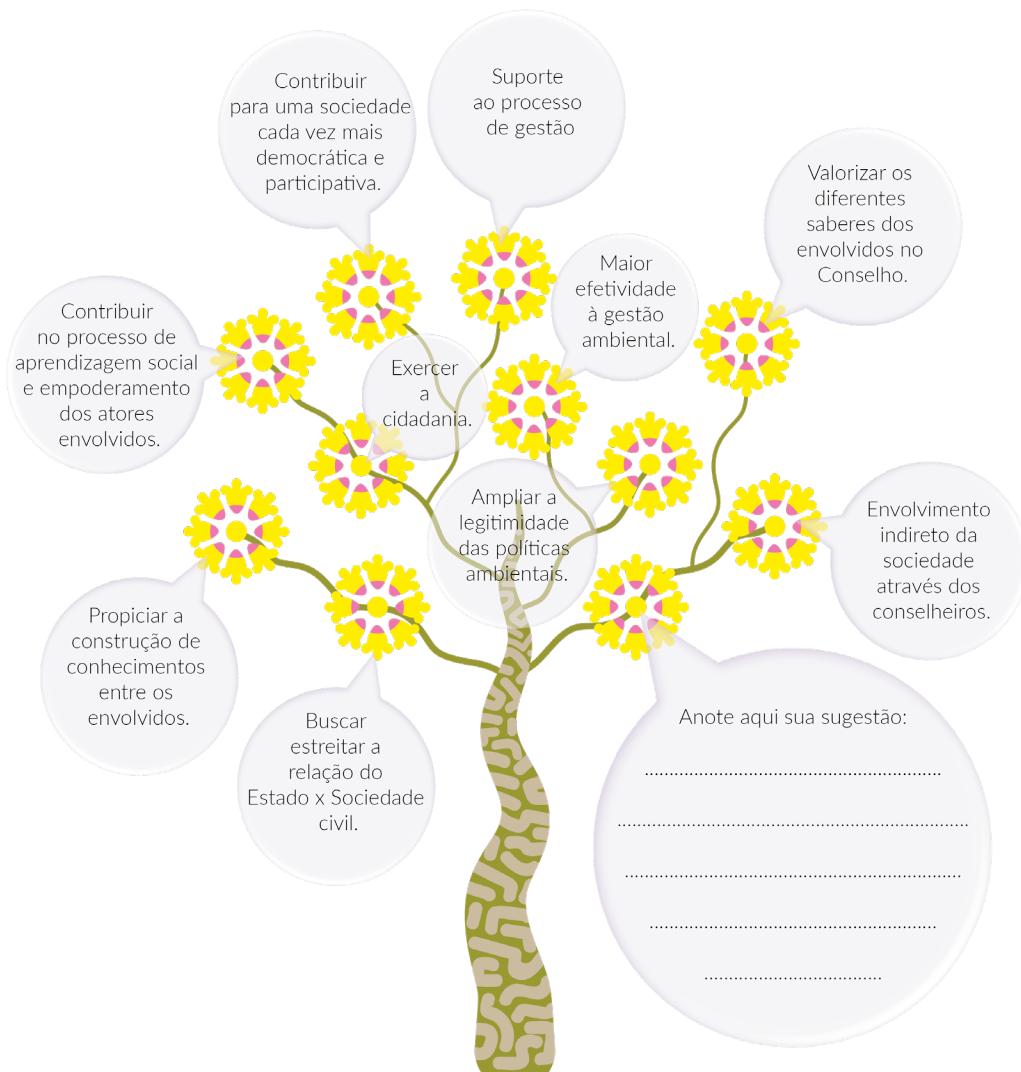
★ Avaliação e monitoramento

Para que se possa aprimorar a atuação do Conselho, o mesmo deve submeter suas ações a avaliações e monitoramento. Para isto, deve-se definir o que avaliar e sua periodicidade.

O monitoramento é considerado uma ação de acompanhamento das ações propostas no Plano de Ação e a avaliação é específica para cada ação, visando identificar até que ponto os resultados previstos foram alcançados.

Após este processo, o Conselho será capaz de verificar detalhadamente o que está sendo realizado e se os resultados estão sendo alcançados de maneira efetiva, democrática e participativa.

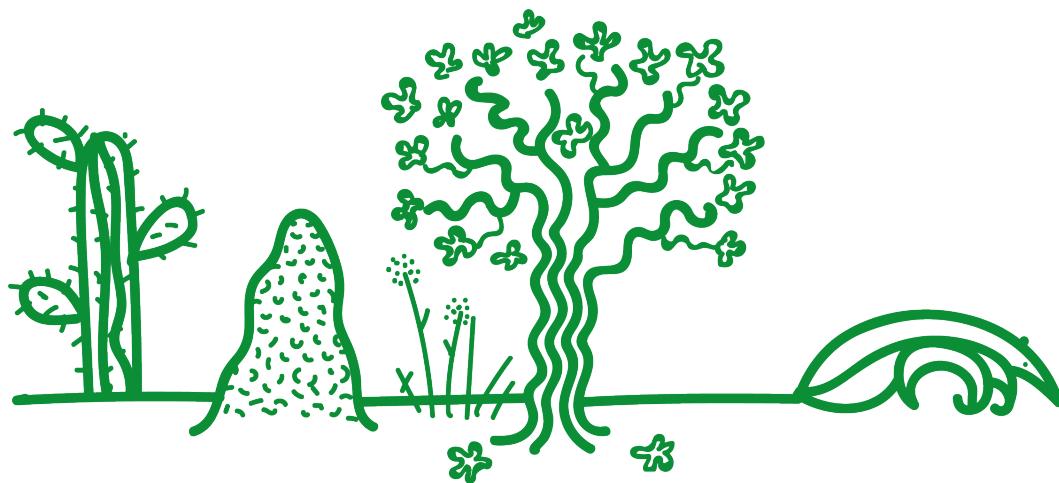
BENEFÍCIOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO



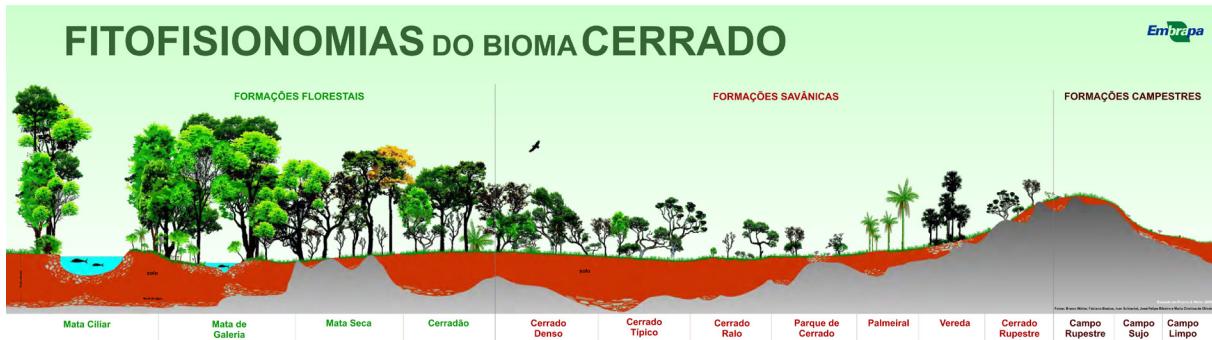
Conservação e uso sustentável da biodiversidade do Cerrado

Apesar de o Cerrado ser conhecido por sua importância biológica e reconhecido como um hotspot, é, depois da Mata Atlântica o bioma que mais sofreu com a ocupação humana, contando apenas com uma pequena porcentagem de áreas com alguma proteção legal. Apenas 8,6% de toda a sua extensão se encontra efetivamente protegida por unidades de conservação (UC), onde, desse total, somente 3,1% estão nas categorias de proteção integral e 5,2% são de áreas de uso sustentável, incluindo as reservas privadas (0,09%) (CEPF, 2017; WWF-Brasil, 2015).

Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas do Cerrado não são protegidas por nenhuma das áreas de proteção legal e pelo menos 339 espécies de animais que ocorrem no bioma estão ameaçados de extinção, de acordo com as listas oficiais (CEPF, 2017).



O cerrado é constituído por diferentes formações vegetais, proporcionando a este bioma uma grande heterogeneidade ambiental. Seus habitats terrestres e os ecossistemas podem ser divididos em três grandes categorias: florestas, savanas e campos (CEPF, 2017).



Importância social e uso sustentável do cerrado

O Cerrado, por possuir alto valor social, muitas populações, como grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e outros, dependem dos seus recursos naturais para sobreviver.

Estes grupos dispõem de um conhecimento tradicional da biodiversidade deste bioma e fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro (MMA; CEPF, 2017).

As espécies do Cerrado além de ter ricos valores nutricionais e medicinais, tem o potencial de resgatar a cultura tradicional e incrementar a renda de comunidades que coletam e comercializam estes frutos.

Atualmente, o Cerrado é o bioma brasileiro mais ameaçado pela perda de sua vegetação nativa. Porém, os recursos naturais do Cerrado e sua sociobiodiversidade têm buscado seu reconhecimento através do uso sustentável do Cerrado, destacando as atividades de pequenos produtores.

Para os pequenos produtores, a comercialização de produtos provenientes do Cerrado é uma das principais fontes de renda. Eles têm a oportunidade de participar de feiras, e até mesmo, de incluir seus produtos em rotas ou setores turísticos.

Extraír, manipular ou adquirir frutos do Cerrado é uma forma de fomentar práticas de conservação do nosso bioma!



Um exemplo de preservação e uso sustentável do Cerrado é o Assentamento Lagoa Grande, localizado no distrito de Itahum, município de Dourados/MS, é um assentamento sustentável que recupera nascente e Cerrado através do extrativismo.

“Para nós O cerrado é tudo! É assim: um benefício, um patrimônio muito grande! A gente pensa de deixar lá para nossos filhos, para nossos netos. O assentamento tem uma história muito forte – uma história de vida. A gente até se emociona em falar sobre o Cerrado, porque a gente vive, sobrevive e depende dele para sobreviver. Nós somos extrativistas!”

*Luciana Pogliési Fernanda
Assentamento Lagoa Grande – Sabores do Cerrado
Itahum – Dourados/MS*

Legislação ambiental aplicada à conservação

A Constituição Federal



Fonte: II Fórum dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Baixo Tietê (2009, p. 22) Adaptado.

No que diz a respeito à gestão ambiental, as ações realizadas no município precisam estar amparadas em leis para que haja o poder de se aplicar, em âmbito municipal, as legislações federais e estaduais vigentes.

Os municípios têm a oportunidade de criar suas legislações específicas, seja por meio de Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor, ou por meio de código ambiental específico.

A União deve legislar sobre normas gerais, de caráter nacional. Os estados e o Distrito Federal devem elaborar legislação suplementar ou complementar caráter regional. Os municípios podem legislar no interesse local, desde que considerem o que já está regulamentado nos níveis estadual e federal.

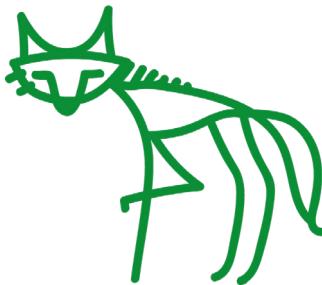
Ecologia do Cerrado e seus serviços ambientais

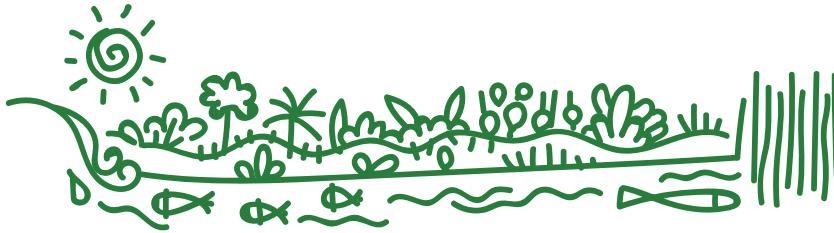
Biodiversidade do cerrado

O Cerrado é reconhecido como um hotspot global de biodiversidade, ou seja, local prioritário para investimento em conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, por sofrer forte pressão antrópica, e apresentar uma alta biodiversidade e elevadas taxas de espécies endêmicas (CEPF, 2017; PEIXOTO et al., 2016).

Também é conhecido por abrigar uma elevada riqueza de espécies, estima-se que o hotspot abrigue mais de 12.000 espécies de plantas, sendo que mais de um terço delas são endêmicas. A região contempla por volta de 2.373 espécies de vertebrados, dos quais, cerca de um quinto são endêmicos. O Cerrado abriga grandes mamíferos emblemáticos, como o maior canídeo e felino da América do Sul, o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), e a onça-pintada (*Panthera onca*), além do maior mamífero terrestre da América do Sul, a anta (*Tapirus terrestris*).

Este Bioma abriga também o tatu gigante (*Priodontes maximus*). O número de lobos-guará, onças-pintadas, tatus gigantes e antas está diminuindo devido às mudanças climáticas, destruição e fragmentação do seu habitat e às ameaças diretas como a caça ilegal.





Serviços Ambientais

São serviços prestados pela natureza por meio dos ecossistemas, que sustentam a vida no planeta e que traz uma série de benefícios diretos e indiretos, ao homem e a sociedade (Neotrópica PSA; CAETANO et al., 2016). Existem diferentes tipos de serviços ambientais, sendo eles divididos em quatro categorias (MMA, 2011):

- ★ Serviços de provisão é a capacidade dos ecossistemas em prover bens, como alimentos (frutos, raízes, pescado, mel), matéria prima para a geração de energia (lenha, carvão, resíduos, óleos), fibras (madeiras, cordas, têxteis), fitofármacos, recursos genéticos e bioquímicos, plantas ornamentais e água (MMA, 2011);
- ★ Serviços reguladores compreendem os processos ecossistêmicos que regulam as condições ambientais naturais, como a purificação do ar, regulação do clima, purificação e regulação dos ciclos da água, controle de enchentes e de erosão, controle de pragas e doenças. (MMA, 2011, Neotrópica Capital Natural);
- ★ Serviços culturais são aqueles referentes à importância dos ecossistemas em oferecer benefícios culturais, recreacionais, educacionais, estéticos, espirituais. (MMA, 2011);
- ★ Serviços de suporte são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a produção primária, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes. (MMA, 2011);

Pagamento por serviços ambientais, importância econômica e geração de renda a partir da conservação áreas naturais.

Atualmente, no Mato Grosso do Sul, o corredor Miranda – Bodoquena se encontra com menos de 45% de sua cobertura vegetal natural, onde apenas 16% estão protegidos.

Existem diversas alternativas para a conservação do Cerrado, uma delas é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Serviços ambientais são serviços prestados pela natureza, por meio dos ecossistemas. Como exemplos, podemos citar a água para recreação e abastecimento público; a geração dos recursos naturais; polinização que produz alimentos; madeira; pescados; proteção contra desastres naturais; dentre outros.

O Cerrado é fornecedor de diversos serviços ambientais (PEIXOTO et al., 2016), dentre eles, merece destaque a sua água.



Água

A água do Cerrado é fundamental para a sobrevivência de toda a sua biodiversidade, para o bem estar do ser humano e para o funcionamento da sua economia (CEPF, 2017).

Considerado o berço das águas do Brasil, é no Cerrado que nasce a maior parte do sistema hídrico do País (WWF -Brasil, 2015).

Sua água à jusante é essencial para a ecologia de todo o Pantanal, a maior área úmida do planeta.

Ecossistemas ao longo dos rios São Francisco, Parnaíba, Paranaíba, Paraguai, Paraná, afluentes da margem direito do rio Amazonas e vários rios do Maranhão e Piauí, dependem da água proveniente de fontes no Cerrado (CEPF, 2017).



PSA

O PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) é um instrumento de gestão ambiental que vem com o propósito de conciliar o conflito entre a escolha do desenvolvimento econômico, conservação ambiental e preservação dos recursos naturais (CAETANO et al., 2016).

É um mecanismo onde os beneficiários dos serviços ambientais promovem a compensação financeira ou não, aos prestadores desses serviços, ou seja, aos proprietários que mantêm áreas naturais em bom estado de conservação nas suas propriedades, garantindo a produção, manutenção ou aumento da qualidade dos serviços ambientais para toda a sociedade (GODECKE et al. 2014; Neotropica PSA).

O instrumento de PSA pode ser utilizado de forma a incentivar ações de conservação, preservação e restauração dos ecossistemas (CAETANO et al., 2016).

Áreas Protegidas

As áreas protegidas englobam as Unidades de Conservação (UCs), Área de Proteção Permanente, reserva legal, e espaços considerados essenciais, do ponto de vista econômico, por conservarem a sociobiodiversidade, além de serem provedores de serviços ambientais, e, geradores de oportunidades de negócios.

O grau de importância destas áreas estão na oportunidade de criação de corredores ecológicos que conectam os fragmentos de áreas naturais possibilitando o fluxo gênico e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, além da manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais.

As UCs dividem-se em dois grupos:

★ Unidades de Proteção Integral: Neste grupo as regras e normas são mais restritivas. Apenas é permitido o uso indireto dos recursos naturais, por exemplo: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, dentre outras.

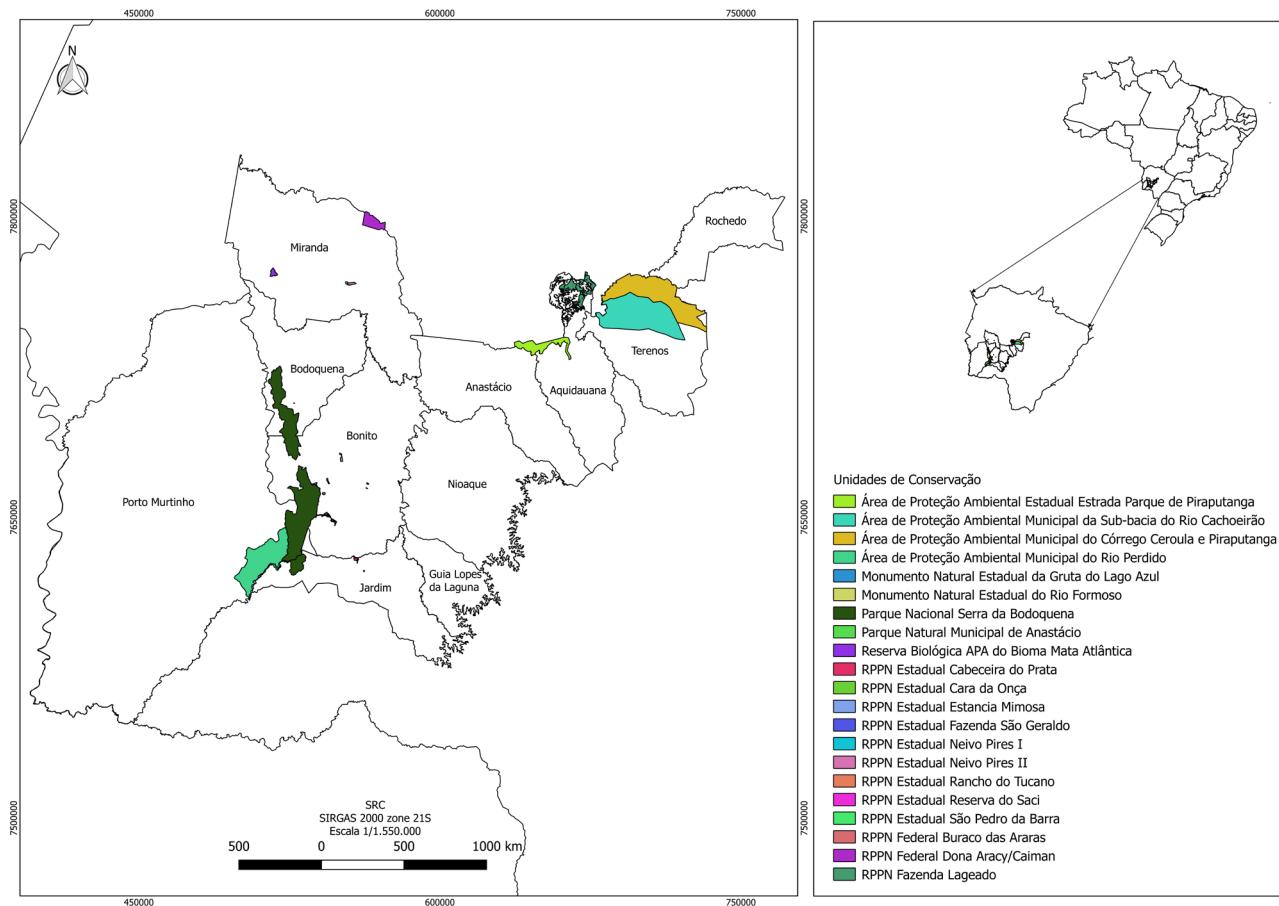
As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

★ Unidades de Uso Sustentável: São áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, desde que praticadas de uma forma que assegure a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos.

As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

O corredor Miranda - Serra da Bodoquena conta com 21 Unidades de Conservação, sendo que 16 são de Uso Sustentável e 05 são de Proteção Integral, destacando-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Áreas Protegidas do Corredor Miranda - Serra da Bodoquena

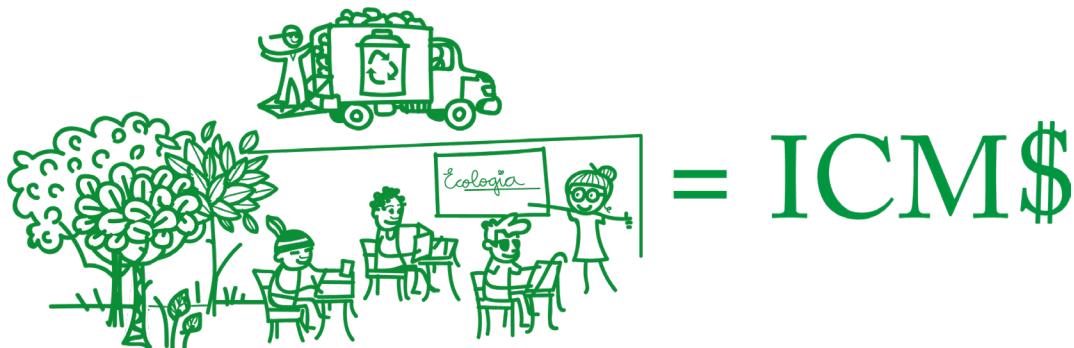


Importância econômica das áreas naturais

A existência de áreas naturais em bom estado de conservação e preservação não apenas é de suma importância para que os ecossistemas possam nos fornecer serviços ambientais essenciais para a existência da vida no planeta e o bem-estar do ser humano, como pode ser uma grande aliada à economia do município.

O ICMS Ecológico a título de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um mecanismo de repartição de receitas tributárias pertencentes aos municípios, que se baseia em um conjunto de critérios ambientais, estabelecidos para determinar quanto cada município irá receber dos recursos financeiros arrecadados com o ICMS do Estado (IMASUL).

Um exemplo disso é o ICMS Ecológico, que se configura como um mecanismo de compensação e incentivo financeiro proveniente do governo do Estado, aos municípios que desenvolvem ações de sustentabilidade por meio da preservação ambiental e conservação ambiental (IMASUL, 2016; FERNANDES et al. 2011).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

cepf. critical ecosystem partnership fund. perfil do ecossistema hotspot de biodiversidade do cerrado. 2017. disponível em: <http://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2017/09/pr_cerrado-perfil-doecossistema_textoapendices_port_revisada-20170804.compressed.pdf>.

mma. ministério do meio ambiente. programa nacional de conservação e uso sustentável do bioma cerrado: programa cerrado sustentável. 2006. disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/programa_cerrado_sustentvel_201.pdf>.

peixoto, ariane luna; luz, j. r. .p; brito, m. conhecendo a biodiversidade. Brasília: mctic, cnpq, ppbio, 2016. 196 p. disponível em: < https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/conhecendo_a_biodiversidade_livro.pdf>.

wwf-brasil. áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no cerrado e pantanal. Brasília - DF, 2015. 128 p. disponível em:< https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/publicacao_areasprioritarias_cerrado_pantanal_1.pdf>.

perfil do ecossistema hotspot de biodiversidade do cerrado [recurso eletrônico]: relatório completo / coordenador donald sawyer...[et al.] - Brasília (DF): supernova, 2017. 280 p.

CEPF. Critical Ecosystem Partnership Fund. Perfil do Ecossistema Hotspot de Biodiversidade do Cerrado. 2017. Disponível em: <http://cepfcerrado.iieb.org.br/wp-content/uploads/2017/09/PR_Cerrado-Perfil-do-Ecossistema_TEXTOAPENDICES_port_revisada-20170804.compressed.pdf>.

CAETANO, Patrícia Pereira; MELO, M. G. de S.; BRAGA, C. F. C. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) – análise de conceitos e marco regulatório. Revista Principia: Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, Nº 31. João Pessoa, Dezembro, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Lima Luciany; COELHO, A. B.; FERNANDES, E. A.; LIMA, J. E. Compensação e Incentivo à Proteção Ambiental: o caso do ICMS Ecológico em Minas Gerais. RESR, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 521-544, jul/set 2011 – Impressa em novembro 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n3/a01v49n3.pdf>>.

GODECKE, Marcos Vinicius; HUPFFER, H. M; CHAVES, I. R. O futuro dos pagamentos por serviços ambientais no Brasil a partir do novo Código Florestal. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 31, p. 31-42, ago. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/34896/23038>>.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. ICMS Ecológico. Disponível em: < <http://www.imasul.ms.gov.br/icms-ecologico/>>.

IMASUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Municípios de MS com ações de sustentabilidade já receberam R\$ 54 milhões no ano de 2016. 2016. Disponível em: < <http://www.imasul.ms.gov.br/municipios-de-ms-com-acoes-de-sustentabilidade-ja-receberam-r-54-milhoes/>>.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Conselhos de Meio Ambiente do Brasil. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/conselhos/conselhos.cfm>>.

PEIXOTO, Ariane Luna; LUZ, J. R. .P; BRITO, M. Conhecendo a Biodiversidade. Brasília: MCTIC, CNPq, PPBio, 2016. 196 p. Disponível em: < https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/conhecendo_a_biodiversidade_livro.pdf>.

SILVA, Adriana de Castro; CORRAZA, C. M. A.; RABAL, J. S.; OKAJIMA, M. I.; REIS S. P. R. R. Manual de instruções para Conselho Municipal de Meio Ambiente. II Fórum dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente do Baixo Tietê, 2009.

OUVIDORIA

Reclamações, críticas e sugestões sobre este projeto devem ser enviadas para neotropica@fundacaoneotropica.org.br e serão compartilhadas com a Diretoria de Doações do CEPF. As respostas serão dadas no prazo de 15 dias.

Caso a resposta não tenha sido satisfatória, a reclamação pode ser enviada diretamente ao Diretor Executivo do CEPF no email cepfexecutive@conservation.org. Se o reclamante ainda não estiver satisfeito com a resposta, poderá formalizar uma reclamação junto ao Banco Mundial grievances@worldbank.org.

As reclamações poderão ser formalizadas também por correios, para os endereços abaixo:

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

CEPF Cerrado RIT

SCLN 211, Bloco B, Salas 101 e 102, Asa Norte
Brasília - DF, 70.863.520
(61) 3248.7449

Critical Ecosystem Partnership Fund

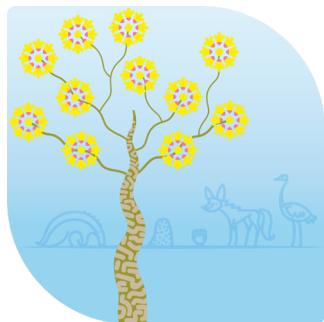
Conservation International

Attn: Executive Director
2011 Crystal Drive, Suite 500
Arlington, VA 22202, U.S.A.

Banco Mundial

Setor Comercial Norte, Quadra 2
Edifício Corporate Financial Center
7º Andar, Salas 702 / 703, Asa Norte
Brasília - DF, 70712-9000
(61) 3329.1000





Guia prático para implementação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente

Executor



Apoio



Qual a demanda
de seu Município quanto à
Legislação Ambiental vigente?
Há algo a ser revisado?

Saiba mais sobre o projeto:
Fundação Neotrópica do Brasil
<http://www.fundacaoneotropica.org.br>
[facebook.com/fundacaoneotropica](https://www.facebook.com/fundacaoneotropica)
Tel.: (67) 3255.3462

Rua 2 de Outubro 165 - Recreio
79.290-000 Bonito / MS

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93537-04-2



9 788593 537042